ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU DISCUTIU MAIS UMA VEZ A UNIVERSIDADE PÃšBLICA

11-Jan-2010

No passado dia 8 de Janeiro reuniu-se em sessÃ£o extraordinÃ¡ria a Assembleia Municipal de Viseu, por solicitaÃ§Ã£o do presidente da CÃ¢mara Municipal. que pretendeu discutir naquele Ã³rgÃ£o, a posiÃ§Ã£o do ministro Mariano Gago que lhe terÃ¡ dito pessoalmente que nÃ£o estaria disponÃ-vel para criar novas universidades, estando maisÂ inclinado para a fusÃ£o, junÃ§Ã£o ou associaÃ§Ã£o de universidades. Fernando Ruas comeÃ§ou por fazer a sinopse da histÃ³ria das tentativas dos viseenses de criarem uma Universidade PÃºblica em Viseu, justificando a nÃ£o aceitaÃ§Ã£o, por parte do PSD, da criaÃ§Ã£o do Instituto UniversitÃ¡rio ligado Ã Universidade de Aveiro, criado pelo Governo de Guterres, por saberem que o governo de DurÃ£o Barroso iria criar uma Universidade PÃºblica de raiz, e acusou o governo do JosÃ© SÃ³crates por ter suspendido a criaÃ§Ã£o da universidade criada pelo Governo de DurÃ£o Barroso, segundo o modelo proposto por Veiga SimÃ£o. Pela sua parte, o presidente da CÃ¢mara de Viseu garantiu que jÃ¡ tinha feito tudo o que estava ao seu alcance.

Â Logo de seguida, o deputado do Bloco de Esquerda, Carlos Vieira e Castro, contou a sua versÃ£o da histÃ³ria daquela reivindicaÃ§Ã£o frustrada dos viseenses, comeÃ§ando pela â€œexpulsÃ£oâ€• da cidade, ao mÃ-nimo pretexto, do PÃ³lo da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto e acabando na suspensÃ£o da criaÃ§Ã£o da unidade orgÃ¢nica da Universidade de Aveiro por parte ministro Lynce, devido ao que chamou de â€œbairrismo prÃ©-histÃ³ricoâ€• dos autarcas e dirigentes locais do PSD.Â Acusou ainda os deputados municipais e os governos do PSD e do PS de cederem Ã¡s ameaÃ§as constantes do reitor da Universidade CatÃ³lica de fechar o Centro Regional das Beiras, no caso de ser criada em Viseu qualquer universidade pÃºblica, imputando a derrota dos viseenses a essa tÃ¡ctica de â€œpretender a quadratura do cÃ-rculoâ€•, ou seja, uma universidade pÃºblica que nÃ£o colidisse com os interesses das escolas privadas jÃ¡ existentes em Viseu (CatÃ³lica e Piaget).

Â O PS, pela voz do deputado Correia de Campos, reafirmou a intenÃ§Ã£o do seu partido de defender o ensino superior pÃºblico em Viseu e afirmou que se Viseu jÃ¡ tivesse o Instituto UniversitÃ¡rio (que hoje jÃ¡ estaria autÃ³nomo da Universidade de Aveiro), poderia ter concorrido ao curso de Medicina que foi para Aveiro. Correia de Campos recordou que o ministro Mariano Gago estaria disponÃ-vel para promover associaÃ§Ãµes de instituiÃ§Ãµes, mesmo em programas pÃºblico-privados e que as universidades empresariais, como a que jÃ¡ existe em Viseu, estÃ£o previstas no Programa do Governo. â€œSe as instituiÃ§Ãµes privadas estiverem dispostas a avanÃ§ar, tambÃ©m nÃ³s estaremos disponÃ-veis para ajud a construir um consÃ³rcio ou associaÃ§Ã£o para ultrapassar este impasseâ€•. Apresentou, entÃ£o, uma moÃ§Ã£o no sentido da criaÃ§Ã£o de uma comissÃ£o que preparasse um â€œConsÃ³rcio UniversitÃ¡rio Viseenseâ€•.

Â O lÃ-der da bancada do PSD, Manuel TeodÃ³sio, apresentou uma moÃ§Ã£o a exigir seis meses ao ministro Mariano Gago para a criaÃ§Ã£o de uma Universidade PÃºblica em Viseu, considerada indispensÃ¡vel para o desenvolvimento futuro da regiÃ£o.

Face Ã disponibilidade manifestada pelo PS em subscrever uma proposta Ãºnica, se aquele prazo fosse retirado, o deputado municipal Almeida Henriques, do PSD, propÃ´s uma saÃ-da consensual com a constituiÃ§Ã£o de uma â€œtask force de carÃ¡cter tÃ©cnico-cientÃ-fico que envolva as escolas de ensino superior existentes e as forÃ§as vivas da regiÃ£o, coordenada pelo ministro do Ensino Superior, que convidaria personalidades com competÃªncia na matÃ©ria.

Â Foi esta proposta que foi aprovada, com a abstenÃ§Ã£o de nove deputados do PSD que em declaraÃ§Ã£o de voto consideraram ser aquele moÃ§Ã£o uma perda de tempo, jÃ¡ que nÃ£o acreditam que o ministro colabore na criaÃ§Ã£o de uma comissÃ£o para criar uma universidade que ele jÃ¡ garantiu que nunca iria criar (a mesma opiniÃ£o teve Fernando Ruas). O deputado do Bloco de Esquerda tambÃ©m se absteve, considerando que a inclusÃ£o na â€œtask forceâ€• de representantes das escolas privadas era a continuaÃ§Ã£o da â€œtÃ¡ctica que jÃ¡ provou ser erradaâ€• de nÃ£o fazer concorrÃ Ã s escolas superiores privadas, levando Ã apresentaÃ§Ã£o de â€œprojectos dÃ©beis que permitem que sejam anulados pelo governos seguintesâ€•.

Â Carlos Vieira apresentou uma moÃ§Ã£o alternativa (que sÃ³ receberia o seu voto favorÃ¡vel e quatro abstenÃ§Ãµes de deputados do PS) no sentido do â€œreforÃ§o do ensino superior pÃºblico em Viseu, de forma a que o Instituto PolitÃ©cnico possa evoluir para uma Universidade PolitÃ©cnica, Ã semelhanÃ§a do que jÃ¡ aconteceu na Alemanha, no Reino Unido e mesmo em Portugal com as universidades do Algarve, da Beira Interior e de TrÃ¡s-os-Montes, e de acordo com a vontade manifestada, em 2005, pelo Conselho Coordenador dos Institutos Superiores PolitÃ©cnicos, face Ã¡ desvalorizaÃ§Ã£o social deste subsistema, desenvolvendo, assim, todas as potencialidades das suas vÃ¡rias escolas, incluindo a Escola Superior de SaÃºde, tÃ£o desvalorizada face Ã¡s necessidades do paÃ-s, de modo a vir a transformar-se numa Faculdade de Medicinaâ€•.